

► **Informações Básicas**

Texto do Discurso

O SR. JANIO MENDES – Sra. Presidente, Deputada Fatinha, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Waldeck Carneiro, Deputado Eliomar Coelho, Deputado Comte Bittencourt, demais Deputados presentes, ontem nós tivemos nesta Casa uma audiência pública no Auditório Nelson Carneiro para tratar da despoluição da Laguna de Araruama, uma Comissão presidida pelo Deputado Marco Figueiredo com a presença do Ministério Público, dos representantes das concessionárias Prolagos e Águas de Juturnaíba, de integrantes, de representantes do Consórcio Lago de São João, presidentes de colônias de pescadores e comunidades da região. Um debate extremamente produtivo, um debate necessário e trago aqui hoje uma repercussão desse debate tão importante para a minha Cidade, a Cidade de Cabo Frio, para a Região dos Lagos, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande, Araruama, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios. Há 18 anos tinha início um programa a partir de uma privatização, de parte da Cedae, com a concessão - e não privatização - do serviço de água e esgoto de Saquarema a Armação dos Búzios a duas concessionárias: Águas de Juturnaíba e Prolagos. Dezoito anos se passaram e alguns modelos de gestão estiveram à frente dessas concessionárias. Não posso negar que a realidade de hoje na relação comunidade, na relação poderes públicos, na prestação dos serviços é a melhor realidade já vivida nos últimos 18 anos, desde a prestação de serviço à resposta.

É ideal, é eficiente? Não, ainda não é. Estamos muito longe do ideal. O ideal deve ser perseguido, conquistado com luta, com transparência, com responsabilidade e com muito trabalho.

A questão do abastecimento de água, quem aqui conheceu a Região dos Lagos no passado e conhece hoje, houve um grande avanço. Estamos livres dos carros-pipas. Evidente, a prestação do serviço é remunerada; quanto mais água distribuída, mais lucro. Mas houve também o cuidado com o manancial. Passamos várias crises de abastecimento na crise hídrica, e a Região dos Lagos enfrentou, com o manancial de Juturnaíba, sempre mantido no excelente nível, e isso cuidado, com a participação da sociedade, do comitê de bacias, do consórcio, com a experiência inovadora, a nível de Brasil, primeira no Estado do Rio de Janeiro, pioneira na Região dos Lagos.

Aqui cabe ressaltar o grande servidor público Luiz Firmino, que foi um entusiasta dessa iniciativa, e a plenária de ONGs, com destaque à Dalva Mansur, ao Arnaldo Villa Nova, aos ambientalistas, aos pescadores que

participaram efetivamente desse processo e construíram. E as prefeituras, que em um determinado momento, lembro-me bem da luta do Prefeito José Bonifácio para que o contrato fosse nesse modelo de gestão e que incluísse a questão do esgoto, que estava excluída do processo inicial, levado adiante pelo Governador Marcello Alencar, à época, e o Prefeito José Bonifácio só assinou depois que o esgoto foi incluído no processo de concessão, porque era fácil distribuir água.

Quando se distribui água, se produz esgoto. E quem vai tratar do esgoto? Ficaria isso com as prefeituras, à época os municípios com as dificuldades que tinham. E que retornam a ter hoje sem *royalties* de petróleo.

Isso foi um avanço, nós avançamos. O sistema de tratamento em tempo seco, depois, foi outra inovação da região. Hoje está sendo utilizado aqui no Rio de Janeiro, no entorno da Baía de Guanabara, mas, à época, foi uma inovação. Havia uma previsão de que em 25 anos, ao final do contrato as concessionárias dariam 70% do esgoto tratado, coletado, em rede separadora, àquela população da origem do contrato. Ou seja, 25 anos depois teríamos cinco vezes mais o número de pessoas, mas a responsabilidade das concessionárias era aquela do aniversário da vigência do contrato.

A utilização da rede em tempo seco partindo de um princípio de quem em 365 dias do ano temos 335 de sol e 30 de chuva, se utilizaria a rede de águas pluviais para fazer a coleta do esgoto nas redes de águas pluviais, bombeando para as estações de tratamento. Sete estações de tratamento foram construídas enquanto se avançava nesse intervalo nas redes separativas.

Com a coleta em tempo seco, nesses 30 dias de chuvas as comportas se abrem para a lagoa a fim de que as águas pluviais, lavando a rede, levam também o esgoto ao corpo lagunar, e do corpo lagunar, ao grande oceano.

Uma laguna hipersalínica, já dizia um estudo do Dr. Alberto Ribeiro Lamago, um dos mais importante geógrafos e historiadores do Brasil e do mundo, que uma laguna com essas características no mundo, todas as lagunas hipersalínicas, tinham a tendência de acabar, porque são transformadas em microlagoas até que se tornam um grande deserto. Então, há uma necessidade de dragagem permanente.

Foram três as experiências de dragagem na Laguna de Araruama. Uma, na Ponta do Ambrósio, com a construção de uma nova ponte; saímos de uma ponte com um vão de 30 metros para uma de 300 metros, permitindo a renovação e recuperação da Laguna, num certo período. Outra, no canal do Igajuru, com o fim do enrocamento, a retirada de pedras, da Ponte Feliciano Sodré, na altura do Clube Costa Azul. E, mais recentemente, uma outra, na Ponta dos Macacos, no Boqueirão, em São Pedro da Aldeia.

A população sorriu de alegria ao ver a lagoa voltar a ter vida. O pescado voltou para aquela região; a balneabilidade foi aprovada; a economia do turismo foi reativada. Porém, temos que ter uma dragagem permanente. Na comunidade da Praia do Siqueira, em Cabo Frio, são aproximadamente 500 famílias que vivem exclusivamente da pesca extrativista, na Lagoa, da pesca do camarão. Praia do Siqueira é uma prioridade. A lama chega a um metro e meio, acumulada no fundo da lagoa. Não há como se banhar e é difícil pescar.

Estou apresentando um Projeto de Lei. Teremos, ano que vem, a revisão quinquenal desses contratos. E há o princípio – há pouco conversei sobre isso com o Deputado Luiz Paulo - poluidor/pagador. Quem polui tem que despoluir. Num regime de concessão, se a lagoa está poluída, com o despejo, seja de esgoto, seja de água tratada desses esgotos, visto que ainda não tivemos um reaproveitamento dessas águas, quem a está poluindo são as concessionárias. Há um cinturão que joga de volta para a Lagoa, seja água tratada, seja, nos dias de chuva, água misturada com esgoto.

O meu Projeto de Lei estabelece, na próxima revisão quinquenal, agora em 2018 – e vou trabalhar muito para contar com o apoio dos colegas, para que possamos aprová-la em 15 dias; vai ser difícil, vai ser um desafio a ser lançado, dada a importância –, que seja encargo das concessionárias a dragagem permanente, sem que isso signifique aumento do custo tarifário. Que seja uma dilação contratual, mas que as concessionárias se obriguem à dragagem permanente da Lagoa para a renovação das águas e manutenção de um grau de salinidade que permita a recuperação do corpo lagunar e das espécies vivas naquele espelho lagunar.

Nessa direção estamos apresentando o Projeto. Semana que vem, insistiremos nesse debate, porque é importante para a nossa região recuperarmos a Lagoa de Araruama. Não há como não responsabilizar, neste momento, as concessionárias. Elas têm que fazer o serviço de dragagem permanente da Lagoa de Araruama.

A SRA. PRESIDENTE (Fatinha) – Parabéns, Deputado!

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/214bd9fde6d81e79832581e10066d547?OpenDocument&Highlight=0,pesca>